

O DEVER DE PESQUISAR NA PERIFERIA DO MUNDO

Michel Cahen

INTRODUÇÃO

Foi com uma certa emoção que tomei a palavra, a 19 de Setembro de 2017, em frente da multidão que assistia à conferência dos Dez Anos do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), instituição de pesquisa criada em 2007. Conhecera algumas das pessoas presentes na sala aquando da minha segunda viagem a Moçambique, em Maio e Junho de 1981 – a primeira vez tinha sido em Julho e Agosto de 1975. Assim, mesmo contando a partir de 1981, faziam 36 anos de muita mudança e... permanência. O Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane era extremamente jovem. Estavam lá Aquino de Bragança, Ruth First e muitos cooperantes internacionalistas, os chamados «pés vermelhos», que trabalhavam 20 horas por dia sem quase ganhar dinheiro, em apoio à revolução. E obviamente, jovens investigadores moçambicanos, revolucionários também. Eu também era revolucionário (ainda sou), mas o meu marxismo recusava o partido único e, por isso, nunca fui cooperante. Porém, mantive ligações até hoje.

Pedi-me a nova direcção do IESE para proferir a comunicação inaugural da V Conferência Internacional da instituição. Aceitei, mas não para discutir a totalidade dos livros, capítulos em livros, notas no boletim *Ideias* e outros textos publicados ao longo destes 10 anos. Tentei tecer considerações principalmente de historiador e de marxista não arrependido. Dois anos depois dos «Dez Anos do IESE», vem à luz o décimo volume da colecção *Desafios para Moçambique*, o *Desafios 2019* e a direcção do IESE pediu-me para retomar o essencial da minha palestra dos Dez Anos.¹

Não é por acaso que comecei por evocar o CEA. O IESE não nasceu do nada. No início, havia o CEA, que, numa comunicação ao Congresso Europeu de Estudos Africanos, em Basileia, Suíça, Carlos Fernandes chamou, com toda a razão, de «CEA marxista» (Fernandes, 2017). Não vou fazer aqui essa história, que Carlos Fernandes fez recentemente, na sua tese e em diferentes artigos, depois do estudo pioneiro do malogrado Christian Geffray (Geffray, 1988: 71-85).

¹ Este texto é uma versão ligeiramente modificada e actualizada da intervenção de abertura da conferência dos Dez Anos do IESE, Maputo, 19 de Setembro de 2017. O essencial das comunicações desta conferência foi publicado em FORQUILHA, S. (ed.), *Desafios para Moçambique 2018*, Maputo: IESE, 2018, acesso livre: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/Livrol_DesafiosMoc2018.pdf.

Mas não há dúvida alguma de que o «CEA marxista» foi uma matriz fundamental de produção da nova intelectualidade progressista de Moçambique. E, obviamente, a maioria dos moçambicanos – não falo aqui dos cooperantes – que fizeram parte dessa história, acabou por mudar de *opiniões* sobre vários assuntos – é necessário! –, mas não mudou nos grandes *valores*. Eram militantes, continuaram militantes: militantes da inteligência, militantes das ciências sociais, ao que foi acrescentado mais tarde o feminismo e a ecologia política. Mas, entre o «CEA marxista» e o IESE – vamos discutir depois se o IESE é marxista! –, houve a Unidade de Formação e Investigação em Ciências Sociais (UFICS), que tinha como objectivo ser uma parte de uma faculdade unificada e de alta qualidade de Letras e Ciências Sociais e Humanas. Num País pobre e com poucos professores, a ideia era concentrar os esforços num número reduzido de estudantes para criar quadros de qualidade e *comprometidos com o País*. Isto é, criar excelência, o que é bem diferente de criar elite. A UFICS não conseguiu provocar a formação dessa faculdade alargada, mas formou uma impressionante série de estudantes de alto nível. Posso testemunhá-lo pessoalmente! Em Bordéus, minha cidade, faço um grande esforço para ter, todos os anos, mestrandos moçambicanos e, mais tarde, doutorandos no Instituto de Estudos Políticos, com bolsas da Cooperação Francesa. Até há poucos anos, a quase totalidade dos estudantes que satisfaziam os requisitos do recrutamento vinha da UFICS e, depois, do Departamento de Ciência Política e Administração Pública, que, em parte, é herdeiro da UFICS. E esses estudantes, apesar do choque das tradições académicas, apesar de terem o francês como terceira ou quarta língua, depois do português, do inglês e de uma língua africana, foram sempre excelentes.

O IESE nasceu de uma contradição. Aliás, o IESE nem sequer deveria existir! Com efeito, foi formado por professores favoráveis à universidade pública, e que eram quase todos professores na Universidade Eduardo Mondlane (e muitos ainda são). Mas constataram que, para fazer uma investigação de serviço público de qualidade e independente de qualquer poder, tinham de sair da universidade pública e criar uma instituição independente. Esta história é muito semelhante à do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo. Na verdade, estou admirado por o IESE não ter relações estabilizadas com o CEBRAP. De acordo com um artigo sobre os 50 anos do Golpe Militar de 1964, o CEBRAP «foi criado em 1969 por um grupo multidisciplinar de professores e pesquisadores ligados à Universidade de São Paulo, e, em sua maioria, afastados da universidade pelo regime. Consolidado como um centro de pesquisa em humanidades dedicado à análise de questões nacionais *e à intervenção na realidade brasileira* [grifo meu], seus pesquisadores se propuseram à compreensão da dinâmica política, social, económica e cultural da sociedade» (Carloni, 1980).

No entanto, depois da democratização do Brasil em 1984-1988 e do regresso dos professores às universidades públicas, o CEBRAP continuou a existir. Já não havia repressão política na universidade, mas lutas de poder e muita burocracia. Para qualquer projecto ou pedido de

financiamento, eram necessárias montanhas de papéis e meses de espera. Para produzir, num espírito de serviço público e longe das consultorias, uma investigação científica de qualidade, era preciso sair, pelo menos parcialmente, da universidade pública. Penso que foi, grosso modo o mesmo espírito que norteou o nascimento do IESE e que continua a ser o seu fio condutor. Aliás, ainda em 2017, a própria definição do IESE era bastante próxima da do CEBRAP: o IESE

*realiza e promove investigação científica interdisciplinar sobre problemáticas do desenvolvimento social e económico em Moçambique e na África Austral. Tematicamente a actividade científica do IESE contribui para a análise da política pública e social e da governação, com enfoque nas problemáticas de pobreza, política e planeamento público, cidadania, participação política, governação e contexto internacional do desenvolvimento em Moçambique.*²

Há, no entanto, uma outra definição anterior do IESE sobre a qual eu quero reflectir. É a seguinte:

Metodologicamente, o IESE privilegia a problematização das temáticas e métodos de investigação com base numa abordagem de economia política, que envolve ainda a promoção de abordagens interdisciplinares e heterodoxas.

DA HETERODOXIA NO IESE E NA INVESTIGAÇÃO PÚBLICA

As abordagens interdisciplinares eram (e são) óbvias no IESE, mas já a «economia política» deve ser encarada no seu sentido lato – isto é no sentido etimológico da palavra «economia» como arte de bem gerir a casa – para envolver não só os estudos sobre os padrões da acumulação, mas também os estudos sobre a protecção social, sobre o sistema político, sobre as relações Sul-Sul, etc. Talvez esta caracterização do IESE já tenha sido um pouco ultrapassada pela própria evolução do Instituto.

Mas são sobretudo as «abordagens heterodoxas» que eu quero frisar. Na minha opinião, na paisagem científica e política de Moçambique, o IESE é altamente heterodoxo e é isso que lhe dá força. Mas também, toda gente sabe que, nas ciências económicas actuais, os ditos «ortodoxos» são os neoclássicos, muitas vezes, os neoliberais de hoje, os partidários da microeconomia e da econometria feita ciência não social, ao passo que os ditos «heterodoxos» são os pós-keynesianos, os marxistas, os ecomarxistas e os partidários da economia feminista, que trabalham mais ao nível da macroeconomia. E, entre os dois, ainda há a dita escola austríaca

² «Sobre o IESE»: <http://www.iese.ac.mz/sobre-iese/>, consultado a 15 de Agosto de 2017.

com Friedrich Hayek, etc. Portanto, «promover abordagens heterodoxas» quer dizer o quê? Eu, pessoalmente, sou marxista e a queda do Muro de Berlim nunca me fez mudar de opinião: pelo contrário, pensei que o fim dos países do estalinismo tardio (os ditos países do «socialismo real» ou «comunistas») era uma notícia muito boa para o marxismo, que não tem nada que ver com muitas coisas que foram feitas em nome dele – basta aqui dizer que não se vai encontrar na totalidade da obra de Marx nem uma palavra a favor do partido único e que até o conceito de ditadura do proletariado, ou de ditadura da burguesia, não quer dizer partido único do proletariado ou da burguesia. Porque é que estou a revelar isto? Um investigador pode ser marxista. Uma instituição deverá sê-lo? Numa famosa universidade pública brasileira, que não vou citar, há um «Centro de Estudos Marxistas» dirigido por um professor marxista e integrando investigadores marxistas. Eu, marxista, estou contra. Pode haver, numa universidade pública, um «centro de estudos *do marxismo*», sim, que integre pesquisadores de várias orientações, mas será a universidade o lugar de criar centros ou instituições de uma dada ideologia? Penso que não: a universidade – pense-se no sentido da palavra *universidade* – deve ser fundada sobre o pluralismo e a independência científica. Não estou a dizer, de forma nenhuma, que a ciência é independente das ideologias. Mas é precisamente por isso que as instituições de pesquisa devem autorizar e promover o pluralismo *como método*. A universidade deve ser universalista. Aliás, houve recentemente um movimento muito interessante de estudantes de Economia, fundado em França chamado PEPS («Para um Ensino Pluralista no Ensino Superior na Economia»)³, que se internacionalizou rapidamente, dando lugar à *International Student Initiative for Pluralism in Economics*.⁴ Os membros deste movimento são todos heterodoxos, mas não estão a pedir um ensino exclusivamente heterodoxo: estão revoltados com a hegemonia da economia dita ortodoxa no ensino superior, nas bibliografias distribuídas aos estudantes; estão revoltados com o facto de as revistas de economia que as instituições científicas internacionais consideram de melhor qualidade serem quase todas ortodoxas. Pedem um ensino e uma divulgação científica *pluralistas*. Acho isso muito bom. E penso que é, na prática, o que faz cada vez mais o IESE como instituição de investigação. Aliás, como se pode ver na *nova* redacção da página «Sobre o IESE», do *site*, a missão desta instituição é:

*[o]rganizar, realizar e promover investigação de alta qualidade, interdisciplinar, pluralista e heterodoxa sobre questões e problemáticas relevantes para o desenvolvimento social, político e económico de Moçambique. Promovendo a formação necessária para tal investigação e, publicando e disseminando os resultados de pesquisa com o objectivo de alimentar o debate público sobre as políticas e opções de desenvolvimento. [grifo meu]*⁵

³ PEPS-Économie, <https://pepseco.wordpress.com>.

⁴ ISIFE, <http://www.isife.net>.

⁵ «Sobre o IESE»: <http://www.iese.ac.mz/sobre-iese/>, consultado a 12 de Junho de 2019.

Como se pode ver, fica a heterodoxia, mas entra oficialmente o pluralismo. Será que o IESE «se despolitizou» e abandonou a contestação? Nada disso: a visão permanece a de uma sociedade intelectualmente avançada e politicamente consciente, crítica e pró-activa, capaz de articular o conhecimento, o pensamento, no debate e na contestação sobre as suas dinâmicas de desenvolvimento e a transformação socioeconómica e política, de identificar e enfrentar novos desafios e de se dimensionar no contexto da África Austral e do Mundo.⁶

Portanto, além de uma evolução certa, há também uma forte dimensão de continuidade. Nos primeiros anos da sua existência, sem advogar, no entanto, uma ideologia oficial, o IESE ambicionava ter um único tema de pesquisa, um tema que faria a grande *convergência* de todos. Passo a citar uma passagem do *Relatório de Actividades do IESE em 2009*:

A concepção do IESE para a investigação em 2009 girava em torno do desenvolvimento [de] um projecto comum, [sobre os] padrões de acumulação económica, que deveria unificar a análise económica, de pobreza e de instituições políticas. A análise realizada mostra que o IESE claramente sobrestimou as suas capacidades e subestimou a dificuldade de fazer um projecto desta natureza. Para que tal projecto se desenvolvesse, seriam necessárias duas pré-condições: os investigadores envolvidos têm que partilhar, no essencial, as mesmas abordagens paradigmáticas; e a organização tem que ter suficiente experiência de organização da investigação para lidar com as dificuldades metodológicas e organizativas. Dado que estas pré-condições não estavam reunidas, este projecto não se desenvolveu.

E o relatório prossegue:

As lições [deste fracasso] são claras: (i) é necessário partir programas e grandes temas de investigação em projectos pequenos e manejáveis de curto prazo; (ii) os investigadores devem ter mais liberdade para fazerem projectos de investigação mais focados nas suas áreas específicas, mesmo que isso implique mais fragmentação; [...]

O que me intrigou foi o uso da palavra «fracasso». Porque, a meu ver, foi uma primeira *reorientação* que permitiu um grande *sucesso*. O IESE, como instituição, abandonou a veleidade de conseguir fazer convergir *toda a gente* num metapensamento paradigmático, mas na prática, apareceu uma muito melhor operacionalidade na investigação e, em particular, na investigação sobre os padrões de acumulação capitalista em Moçambique, que foi, na minha opinião, apesar da excelência dos outros, o tema que mais «produziu» ao longo dos anos, e sobretudo nos *Desafios 2016 e 2017*.

⁶ *Ibidem*.

No entanto, se o IESE se afirmou, depois da primeira reorientação, como instituição pluralista – o que lhe deu força e heterodoxia –, não deixou de ser um pouco problemático, a meu ver, o facto de os grupos de investigação não terem operado tal viragem. Segundo as minhas leituras, o Grupo de Investigação sobre Economia e Desenvolvimento parece nitidamente (mas não exclusivamente) marxista – não é de admirar quando se sabe quem foi o seu fundador! –; e o Grupo de Investigação sobre Pobreza e Protecção Social parece nitidamente não marxista, talvez hayekiano – não é de admirar quando se sabe quem foi o seu fundador! Por sua vez, o Grupo de Investigação sobre Cidadania e Governação é mais indefinido em termos teóricos, mas, de qualquer maneira, próximo do neo-institucionalismo e de análises bourdieusianas. Seria, pois, um grande desafio para o IESE conseguir aumentar o grau de pluralismo, já muito grande na instituição, dentro de cada Grupo de Investigação. O pluralismo não como mera convivência e respeito mútuo, *mas como método de avançar, como método heurístico*. Por isso, penso também que podia haver, nas publicações do IESE, discussões abertas sobre as várias escolhas paradigmáticas. Porque não, por exemplo, exactamente a mesma pesquisa, mas examinada por duas «orientações» diferentes? Até porque se as escolhas paradigmáticas podem ser diferentes, o objectivo não o é necessariamente. Lendo os textos, tive a nítida impressão de que segundo uns, para erguer um Estado social em Moçambique, é preciso acabar com o capitalismo – talvez não instaurando o socialismo, que, de qualquer maneira, deveria ser bem diferente do anterior, mas praticando «vias não capitalistas de desenvolvimento»⁷ –; ao passo que, de acordo com outros, se pode erguer um Estado social reformando o Estado sem romper com o capitalismo. Pois bem, tenho a minha opinião pessoal sobre o assunto, mas será que não existe aqui um objectivo comum, o Estado social à volta do qual se pode desenvolver uma investigação de anos?

Até o próprio marxismo podia, um dia, ser discutido no IESE. *Mas com precisão*. Se se incluir, por exemplo, a Coreia do Norte nas «diversas variantes» do marxismo (Francisco, Siúta & Semedo, 2016: 271-328), pois bem, deverá incluir-se Adolfo Hitler nas «diversas variantes» da democracia cristã. São poucos os textos publicados pelo IESE que discutem as posições das várias correntes presentes no marxismo. Cada um defende as suas posições, sem, a meu ver, debater suficientemente com os outros. Houve, no entanto, um artigo que o tentou fazer no volume *Desafios para Moçambique 2016*. Foi o de António Francisco, Moisés Siúta & Ivan Semedo (*ibidem*). Voltarei a este assunto.

Antes de discutir mais alguns grandes temas da pesquisa do IESE, queria tecer mais algumas considerações sobre o que foi e era, a meu ver, o IESE como instituição ao longo da sua história até a conferência dos Dez Anos. O «CEA marxista» era bem conhecido pela sua investigação colectiva, os relatórios colectivos em que, por vezes, nem sequer apareciam os

⁷ Não discutirei aqui a noção de «desenvolvimento não capitalista», que foi tema de grande debate entre correntes marxistas nos anos 1970-1990.

nomes dos autores. O que era importante não eram os autores individuais, mas a produção científica da «estrutura», no sentido político moçambicano da palavra. O CEA também fazia parte das «estruturas» – sempre pensei que a fase dita «marxista-leninista» foi a mais weberiana da história de Moçambique (o «marxismo-leninismo» como fase suprema do weberianismo em África, com uma burocracia exclusivamente definida pela sua função e quase sem nome de personalidades)! Em 2017, o IESE era uma instituição unitária em que – cito um parágrafo das *Linhas Estratégicas 2012-2015* – «grupos e projectos de investigação diferentes não são *niches* individuais, mas, em vez disso, são parte integral de uma dimensão de investigação mais alargada e comum que constitui a cultura do IESE» (IESE, 2011). Não eram *niches* individuais, mas o IESE reconhecia a autoria e a individualidade do ofício de investigador – a um dado momento, o trabalho de escrever é sempre individual, e o nome dos autores é sempre indicado. Aliás, isto permite o debate, porque se pode assim responder ao autor, ou criticá-lo sem necessariamente criticar a instituição. Mas, quase sempre, cada indivíduo-investigador estava integrado num grupo de investigação (GI), num projecto. Os artigos de iniciativa meramente individual existiam – acho muito bem – mas não eram a maioria e, regra geral, incidiam sobre temáticas novas para as quais ainda não havia um GI ou um projecto no IESE. Era um bom equilíbrio. O «CEA marxista» também fazia muita investigação de terreno. É de constatar que, nos seus primeiros anos, o IESE se dedicou menos a este tipo de investigação, mas isso devia-se à temática então principal, que era a economia política. Nem havia antropologia económica, com inquéritos junto de centenas de famílias para produzir amostras estatísticas, para evidenciar redes de troca, etc. Era uma investigação mais sustentada em bases de dados, não obstante o tremendo esforço do IESE para *produzir* essas bases de dados, para ter um uso crítico das séries estatísticas internacionais e nacionais. De qualquer maneira, esse tempo acabou e rapidamente houve projectos do IESE inteira ou fortemente baseados em trabalho de terreno – estou a pensar, por exemplo, no projecto sobre participação eleitoral e abstencionismo (Brito, 2017), mas também em várias outras pesquisas em certas províncias e distritos, como as dedicadas aos conflitos de terra e água, à «comoditização» da terra ou ainda à nutrição, ao género e ao emprego. E também não se deve ter uma visão reduzida do «terreno». Quando um investigador do IESE vai para o Brasil, a Índia ou a China para fazer a sua pesquisa, ele está a fazer investigação no «terreno»!

Dois anos depois da conferência, pode-se constatar que os grupos de investigação foram também abandonados. Com efeito tinham o perigo de transformar o IESE numa *confederação* de grupos quase independentes. O IESE virou-se para uma metodologia de projectos empíricos, o que permitiu que pessoas de orientações diversas trabalhassem em temas comuns e facilitou a apresentação dos resultados a toda a comunidade do IESE como *federação* de pesquisas pluralistas. Último reparo nesta parte: o IESE, desde o seu nascimento, sempre se definiu como tendo um dever de intervir na cidadania e mesmo na vida política do País. Intervir não como partido,

obviamente, nem como ONG, mas à sua maneira: porque os investigadores são cidadãos, mas são cidadãos que adquirem, em certa medida, e mercê do trabalho científico, uma *competência profissional específica* que lhes dá um certo olhar sobre problemas da actualidade. Portanto, é seu *dever* retribuir à sociedade, dando a conhecer os produtos das suas investigações e das suas reflexões, a sua *produção de conhecimentos*. Esta componente do IESE é altamente dependente da conjuntura, porque é mais intensa em certos momentos, mais relaxada noutros. Assim, quando houve novamente confrontos militares no País (2014-2016), foi dever do IESE discutir publicamente os meios de resolvê-los; discutir a descentralização; discutir a proposta de uma Assembleia Constituinte ou de uma Conferência Nacional à imagem das que houve em certos países africanos nos anos 1990; discutir a atitude frente às dívidas públicas ilegais, etc. Será que, fazendo isso, o IESE já não seria mais do que um *think tank*?

Não é pejorativo ser um *think tank*, mas penso que não foi o caso. Com certeza que, dentro do IESE, se pensa! Mas um *think tank* é um grupo de reflexão, regra geral, especializado numa temática, cujo *fim* é propor pareceres. Esse não é o fim do IESE. É um *meio*, uma das *vias da difusão* dos resultados das suas pesquisas. É, a meu ver, o que acontece quando um investigador do IESE participa num estágio sindical para auscultar, *com toda a sua competência específica*, as políticas públicas de austeridade e, assim, empoderar melhor os sindicalistas, para que, depois, eles concebam uma política de defesa dos trabalhadores. Aliás, o IESE posicionou-se muito bem nesta matéria nas *Linhas Estratégicas 2012-2015*, que volto a citar:

... o IESE guia-se pelo seguinte: «Investigação económica, social e política relevante, interdisciplinar, heterodoxa e de alta qualidade, disseminada e ao alcance de todos, como meio para o desenvolvimento do pensamento, acção e cidadania» (IESE, 2011). [Grifos meus.]

Não se trata de um mero *think tank*. Trata-se de um centro de pesquisa fundamental comprometido com o País, empenhado no melhoramento da cidadania moçambicana. Como dizia Christian Geffray no seu famoso livro *La cause des armes: «Il ne peut y avoir d'autre motivation à la recherche que le désir de comprendre»* [não pode haver outra motivação na investigação senão o desejo de perceber] (Geffray, 1990). E quando se quer perceber, também se quer, e se deve, explicar.

Agora, gostaria de tecer algumas considerações de historiador sobre a investigação do IESE.

A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: SERIA «PRIMITIVA»?

Um tema muito importante ao longo dos anos do IESE foi a famosa questão da «acumulação primitiva do capital» como meio de produzir uma «burguesia nacional». Não sei se a Frelimo, nos seus textos de congressos ou outros, alguma vez utilizou a expressão «acumulação *primitiva*

de capital». Segundo Carlos Nuno Castel-Branco, Armando Guebuza, no que o primeiro chamou de «Manifesto capitalista» (Castel-Branco, 2017: 257-302), fala da «acumulação capitalista nacional». Em contrapartida, o MPLA de Angola fala sem problema desta «acumulação primitiva de capital». São, provavelmente, as únicas palavras marxistas que este partido angolano ex-«marxista-leninista» ainda utiliza. As pesquisas feitas pelo IESE sobre o assunto são impressionantes, muito concretas, mas também com forte pendor teórico. Não vou discutir o detalhe, mas a interpretação global. Questiono-me sobre o conceito de acumulação primitiva no século XXI. A acumulação primitiva do capital foi um processo histórico descrito por Marx, Rosa Luxemburgo e outros. Citando Marx, Castel-Branco lembra que:

o processo de acumulação primitiva de capital [não foi] nada mais do que a separação dos produtores dos meios de produção. Isto é, a acumulação primitiva de capital é um processo social, económico e político que opera duas transformações fundamentais na sociedade: por um lado, os meios sociais essenciais de subsistência e de produção são transformados em capital e, por outro lado, os produtores directos são transformados em trabalhadores assalariados, separados da posse desses meios sociais de subsistência e produção (Marx, 1976: 873-940).

Isto é, no processo de privatização da terra e de industrialização, os camponeses são expulsos de várias maneiras das suas terras, os artesões são arruinados, o que provoca a proletarianização. Marx dizia que, na origem do capitalismo, há sempre banditismo, uma vez que os processos iniciais para separar os produtores dos meios de produção utilizam violência, abusos e ilegalidades de todas as espécies, etc. É bom ler o romance *Predadores* (Pepetela, 2005) de Pepetela, para entender o processo em Angola e o estudo mais recente de Ricardo Soares de Oliveira sobre Angola desde a guerra civil (Oliveira, 2015a).

Mas quando Marx escreve isso, no século XIX, ele descreve um processo com certeza ainda em curso, mas que começou desde o século XVII e sobretudo no século XVIII. Portanto, ele descreve o *resultado* de um processo começado muito anteriormente. E ele pode *concluir* e *constatar* que esta «acumulação primitiva» (provavelmente nos dois sentidos da palavra: acumulação *original* e acumulação *selvagem*) produziu burguesias nacionais e depois imperialistas, que, nas colónias, continuaram moldes de acumulação primitiva mesmo nos tempos imperialistas. Assim, designar *hoje em dia* por «primitivos» os processos de acumulação em curso em Angola, Moçambique ou algures na periferia do capitalismo significa uma postura teleológica: será a acumulação «primitiva» porque *vai* produzir uma burguesia nacional à imagem do processo europeu dos séculos XVII-XIX? É considerar que é o mesmo fenómeno que se desdobra agora na periferia do capitalismo. Castel-Branco explica bem que há diferenças e que, por exemplo, que a proletarianização do campo em Moçambique ainda é muito parcial. Mas fica o conceito de acumulação primitiva ligado ao que, para mim, é um *prognóstico*, isto é, à ideia de que isso vai

produzir uma burguesia nacional. No entanto, Castel-Branco é prudente, falando das primeiras privatizações de «proprietários sem capitais» e, depois, de «oligarcas sem produção» (Castel-Branco, 2017). Concordo plenamente com Castel-Branco e penso que o mesmo seria, em larga medida, válido também para Angola, que é interessante estudar porque, regra geral, antecipa em dez anos o que Moçambique faz. Mas será que «oligarcas sem produção» vão produzir uma burguesia (nem diria «nacional» porque exportam o máximo possível dos seus capitais para fora)?

Quando houve a acumulação primitiva do capital na Europa e na América Latina e depois na Ásia e na África colonizadas, o objectivo foi *organizar a produção* e fazê-lo num novo molde economicamente revolucionário, o modo de produção capitalista (MPC) à escala mundial, utilizando, no entanto, processos capitalistas locais que não se enquadravam no MPC, como era o caso do trabalho forçado. Disse bem: «organizar a produção». Será que é isso que acontece? Acontece parcialmente: tudo começou com a famosa «criação de patos». Mas a componente produtiva da acumulação deve ser muito minoritária. Isto é: o que está a aparecer é uma camada rendeira e só o tempo permitirá dizer se vai transformar-se em burguesia. Com efeito, é bom lembrar que «rico» não é sinónimo de «burguês», tal como «pobre» não o é de «proletário». No sentido histórico, Mobutu Sese Seko, do Zaire, que foi classificado como detentor de uma das maiores fortunas mundiais, não era um burguês; era um bandido, cuja fortuna não vinha da sua capacidade de organizar a produção e a comercialização, mas do roubo do Estado e dos seus sujeitos. Também é bom lembrar que, na génese dos oligarcas pós-soviéticos (Hoffman, 2001; Oliveira, 2015b:171-194), houve uma mortalidade muito forte por assassinatos mútuos e muitos falhanços: nem todos os maiores burocratas do estalinismo tardio eram capazes de se tornarem capitalistas profissionais. Será que os filhos dos bandidos e dos primeiros oligarcas, com a passagem das gerações, se tornarão burgueses? No caso pós-soviético, a resposta é, obviamente parcialmente positiva, mas qual é a proporção de sobreviventes? E a Rússia, apesar dos seus problemas, está no centro, ou pelo menos na semiperiferia, do capitalismo, não na periferia como Moçambique.

A minha pergunta de historiador é: *será possível haver, no século XXI, revoluções nacionais-burguesas na periferia, em países que não tenham já uma burguesia nacional?*⁸ Se olhar para trás, para a segunda metade do século XX, pessoalmente, vejo só três, talvez quatro, casos, cada um altamente particular: – o caso da China popular: a revolução de 1949-1953 e o estabelecimento de um regime dito comunista (i.e. estalinista à moda chinesa) destruiu os elementos de burguesia nacional que existiam antes e permitiu, no meio de grandes sofrimentos, uma acumulação primitiva forte, a industrialização (apesar do período maoísta «ruralista») e a formação de elites importantes.

⁸ Isto é, excluo desta pergunta a maioria dos países da América Latina que já tinha, historicamente produzidas antes da fase imperialista, burguesias nacionais (e coloniais), embora dependentes.

Quando o regime, sem cair (diferentemente da URSS), procedeu à transição capitalista, pôde-se constatar que o resultado *objectivo* de 40 anos de «comunismo» foi o de uma revolução burguesa conseguida. Nunca a China semicolonial teria podido acumular capital nesta escala, ficando sem ruptura na periferia do capitalismo;

– o caso da Coreia do Sul: é um subproduto da revolução chinesa. Para travar o avanço «comunista» no Sudeste asiático, os Estados Unidos permitiram no Sul da península exactamente o contrário do que impuseram na América Latina: um Estado forte e desenvolvimentista, um proteccionismo produtivista, etc. O resultado *objectivo* também foi o de uma revolução burguesa, o que não quer dizer que a Coreia do Sul tenha saído do que, outrora, se chamava «Terceiro Mundo»;

– o caso da África do Sul pós-*Apartheid*: já existia uma burguesia nacional, principalmente branca, alguma de origem indiana e *coloured*. A revolução democrática que abateu o *Apartheid* não destruiu em nada essa burguesia, mas permitiu o *empowerment* de elites negras. Ainda que as divisões continuem fortes hoje em dia, pode-se pensar que, historicamente, há um processo burguês de fusão em curso.

– o quarto caso é a Índia: não houve revolução comunista como na China, mas a Índia sempre recusou aplicar as «receitas» do FMI e sempre desenvolveu um nacionalismo económico.

Obviamente, há outros casos intermédios (Indonésia) ou excepcionais (Singapura, que é uma cidade-estado e que não pode ser analisada independentemente do resto da área malaio-indonésia). Sempre que um país capitalista da periferia (não falo aqui de Cuba, do Vietname, etc.) quis negociar melhor as condições da sua inserção no sistema-mundo capitalista, houve tensões, crises e até golpes de Estado, como aconteceu muitas vezes na América Latina ao longo do século xx, mas também em África. As tensões actuais com o Irão podem, sem prejuízo das especificidades, ser integradas neste fenómeno.

Moçambique também pode ser inserido nestas tentativas: apesar da sua ideologia oficial na fase radical, Moçambique nunca foi uma Cuba em África, nunca rompeu decisivamente com o capitalismo. Seguiu, sim, um paradigma de modernização autoritária definido principalmente de maneira negativa, numa leitura simplista do marxismo em que o modo de produção doméstico e as relações sociais originais no seio do campesinato eram consideradas como feudalismo. Daí a série dos «abaixos» (abaixo o feudalismo, abaixo o obscurantismo, abaixo o regionalismo, abaixo o tribalismo, abaixo os «xiconhocas», isto é, abaixo 95 % da população), com poucos «vivas», na realidade, também eles de teor negativo (viva a Frelimo, um só povo, um só partido, uma só nação de Rovuma até Maputo).

Mas então qual é o balanço, relativamente à acumulação do capital, do período dito «marxista-leninista»? O Estado quis proletarizar o campo, transformando os camponeses em assalariados de machambas estatais ou trabalhadores dependentes de cooperativas – proletarização que é uma característica importante da acumulação primitiva do capital –, mas não o conseguiu.

Depois, houve a viragem neoliberal. Isto significa que a fase dita «marxista-leninista» resultou, objectivamente, numa *tentativa falhada* de revolução burguesa.

Então fica a pergunta: será que os processos actualmente em curso em Angola e Moçambique são comparáveis com os da Europa nos séculos XVII-XIX, ou mesmo com os da China e da Coreia do Sul na segunda metade do século XX? A acumulação primitiva de capital é coroada de sucesso se for provocada por pessoas capazes de organizar a produção e o comércio, ou se provocar o aparecimento de tais pessoas no quadro de uma proletarianização de fracções importantes da população. Em Moçambique, a quase totalidade da produção está inserida no sistema capitalista, *o que não quer dizer que o modo de produção capitalista, embora dominante, esteja generalizado*. Ainda persiste o que os antropólogos marxistas chamaram de articulação desigual dos modos de produção (Rey, 1973), isto é, uma relação onde o modo de produção capitalista tira parte da sua rentabilidade da manutenção de esferas ainda não directamente capitalistas da produção. Por exemplo, o trabalho forçado no Moçambique colonial podia funcionar *se, e somente se*, mantivesse o modo de produção doméstico, que assegurava a reprodução social das famílias mercê do trabalho das mulheres e permitia assim pagar o *chibalo* (trabalho forçado) abaixo do custo da reprodução social dos trabalhadores e das suas famílias. Ou seja: o interesse do capitalismo colonial *não* era *proletarianizar*, mas subalternizar e «generizar» (porque a economia colonial não podia funcionar sem o trabalho das mulheres na esfera doméstica) (Cahen, 2015: 129-155). Hoje, já não há trabalho forçado em Moçambique (excepto alguns casos em explorações de pedras preciosas, e em Angola, nas zonas dos diamantes), mas também não é interesse do capitalismo periférico proletarianizar a totalidade, ou mesmo a maioria, da população camponesa. Não pode haver «ProSAVANAS»⁹ em todo o País. Se houvesse, os salários baixíssimos dos operários rurais das plantações de soja transgénica nem sequer lhes permitiriam comprar os produtos alimentares que teriam podido produzir directamente, e haveria uma fome massiva a curto prazo.

Na realidade, não sou capaz de responder à minha própria pergunta: talvez parte dos filhos dos «proprietários sem capitais» e dos «oligarcas sem produção» consigam tornar-se burgueses, isto é, capitalistas produtores ou comerciantes eficientes como na Nigéria. Com certeza outros continuarão rendeiros, estreitamente dependentes da sua proximidade com a Presidência da República (qualquer que seja o partido no poder), isto é, numa posição sempre débil com o passar das gerações. Serão suficientemente numerosos os que conseguirão tornar-se burgueses, para constituir uma verdadeira *classe* historicamente enraizada, que, sem abandonar a proximidade da cimeira do poder – nunca uma burguesia abandona a sua vontade de gerir

⁹ Trata-se de um projecto nipo-brasileiro-moçambicano de reordenamento rural autoritário para uma viragem para um agronegócio produtivista de exportação, transformando a população camponesa quer em proletários rurais, quer em trabalhadores dependentes. A implantação do ProSAVANA estava prevista para as províncias de Nampula e Niassa, mas foi em grande medida abandonada face à resistência camponesa e à oposição da sociedade civil.

o poder político –, não dependerá totalmente dele para a sua reprodução social, deixando de ser simplesmente um corpo social (Meillassoux, 1998: 9-58) rendeiro procedente da burguesia internacional? *Não sei.*

Mas este «não sei» basta para questionar-me sobre o conceito de acumulação *primitiva* – isto é, como primeira fase de imposição do modo de produção capitalista –, na periferia, no século XXI globalizado. Acumulação, sim, mas *rendeira*; sim, mas *periférica*. É, com certeza, capitalista, na medida em que funciona totalmente integrada no sistema-mundo capitalista, mas isso não é suficiente para *prever* que ela venha a desenvolver, a uma escala massiva, o modo de produção capitalista e a proletarizar – no sentido de Marx – a maioria da população. Pode-se pensar, ao contrário, que ela vai *plebeinizar* a população sem lhe permitir a plena integração no modo de produção capitalista, tanto na cidade como no campo. Ou seja, muitas pessoas vão continuar a deixar o campo para se amontoar nas cidades, mas sem conseguir trabalhos assalariados, sem conseguir entrar no modo de produção capitalista, num processo de urbanização sem a proletarização correspondente. Além disso, se o conceito de economia extractiva como forma historicamente específica de acumulação me parece adequado (IESE, 2015), não é específico de Moçambique, visto que acontece em muitos outros países, incluindo no Brasil, que conhece, desde há 30 anos, um intenso processo de *desindustrialização* (Salama, 2012).

Este fio condutor da acumulação permite-me fazer outros reparos sobre alguns outros aspectos da pesquisa do IESE ao longo destes anos.

PARA UMA ANÁLISE MATERIALISTA DA CORRUPÇÃO

Recentemente, o IESE tomou várias posições públicas, muitas vezes em parceria com outras entidades, como o Observatório do Meio Rural (OMR), o Centro de Integridade Pública (CIP), o Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil (MASC), etc., a propósito das «dívidas ocultas», do Orçamento de Estado, etc. É a componente *think tank* do IESE. Mas isto tudo está ligado à corrupção que vou chamar aqui de estrutural, e eis porquê. Precisamente, se entendermos que a elite moçambicana não é uma burguesia, mas um corpo social rendeiro procedente da burguesia internacional – isto é um corpo social que negocia a sua inserção específica no sistema-mundo –, se entendermos que ela não tira o grosso da sua remuneração da sua capacidade de organizar a produção para extrair directamente a mais-valia dos trabalhadores, mas que ela vive da protecção política para obter parte das acções de projectos internacionais sem as capitalizar, ou de privatizações que ela paga só muito parcialmente, chegamos à conclusão de que o lucro característico do capitalismo não é o seu principal meio de subsistência. Mesmo os bons salários da alta função pública ou da administração das grandes empresas não são suficientes. Para isso tudo funcionar, é preciso um rendimento adicional. Assim, surge a corrupção como a remuneração adicional dada a uma elite que não é uma burguesia, uma

remuneração que também é a *flexibilidade internacionalmente aceite* para assegurar a estabilidade desta elite que o sistema-mundo não deixará transformar-se em burguesia (Cahen, 2010:113-140; Cahen, 2014: 43-81). Assim, «comer» é aceite; o que é recusado é «comer demais» porque põe em perigo a própria estabilidade do Estado da periferia. Por isso, ao contrário do que vai escrevendo um certo sociólogo moçambicano segundo o qual a corrupção não é um problema (Macamo, 2019), a corrupção é bem característica do capitalismo periférico. Com certeza há corrupção no centro do capitalismo e com dimensões até ainda maiores em valores absolutos; mas, em percentagem do PIB, a corrupção é muito mais catastrófica nos países periféricos e, regra geral, não provoca acumulação produtiva, mas a fuga de capitais. A corrupção estrutural é constitutiva da elite rendeira como corpo social não burguês, procedente do sistema-mundo capitalista. Por isso, estudar os processos da corrupção, lutar contra a corrupção, não é só uma atitude ética, mas um combate político a favor do Estado social. Parabéns ao IESE, por esse trabalho.

A MUITO DIFÍCIL INDUSTRIALIZAÇÃO DA PERIFERIA AFRICANA

Há outro aspecto que interessa analisar. O IESE desenvolveu uma componente de pesquisa sobre as economias ditas emergentes, sobre as relações Sul-Sul, etc. Não vou discutir aqui muito o conceito de «Sul», defendido em particular pelo bem conhecido sociólogo português Boaventura de Sousa Santos – conceito que pessoalmente recuso por ser cem por cento neoliberal, típico da tendência do capitalismo em naturalizar a sua exploração: já não há *capitalismo* ou *exploração*, há só a «economia». Já não há *periferia*, há só «pobreza» ou «atraso». Já não há divisão capitalista internacional do trabalho, há «Norte» e «Sul». Já não há uma luta de classes à escala mundial, há uma luta de «mundos», etc. Embora seja imperfeita, prefiro a antiga expressão de «Terceiro Mundo» porque, na analogia com o *tiers-état* da revolução francesa de 1789-1793, incluía a noção de subalternidade e de dependência (Cahen & Braga, 2018: 31-73). Também se pode discutir o conceito de «economia emergente» porque, dentro de uma dada economia, pode haver formações sociais emergentes, sem que isso concirna a toda a sociedade. A China é bom exemplo disso: em PIB *per capita*, ela é claramente um país do Terceiro Mundo. Mas, de qualquer maneira, há um fenómeno importante no quadro da globalização desde os anos 1990, que é o reforço das relações económicas da periferia ou semiperiferia com a própria periferia ou semiperiferia. E, neste contexto, há o caso específico do reforço das relações económicas dentro dos países da CPLP.

Mas aqui, a minha pergunta incide principalmente sobre as relações entre o Brasil, a China e Moçambique. Como é sabido, as exportações do Brasil para a China aumentaram muito, mas de uma maneira colonial: o Brasil exporta minerais, petróleo e soja transgénica e importa da China bens transformados. Isso faz parte do processo de desindustrialização do Brasil (Salama, 2014: 11-31). Acontece o mesmo nas relações entre a China e Moçambique, que

estuda, nomeadamente, Sérgio Chichava (Chichava *et al.*, 2013; Scoones *et al.*, 2013; Alden & Chichava, 2014; Chichava, Li & Sambo, 2019; Chichava *et al.*, 2013:101-115; Scoones, Cabral & Tugendhat, 2013: 1-126; Alden & Chichava, 2014; Chichava, Li & Sambo, 2019). Claramente, não são relações de tipo «Sul-Sul» (permitam-me utilizar provisoriamente esta expressão!) mas «Norte-Sul», só que este «Norte» já não é somente relativo à Europa e América do Norte.

Mas, e as relações Brasil-Moçambique? O que é que vão produzir a prazo? O Brasil conhece, já o disse, um intenso processo de desindustrialização. Portanto, com certeza não é do Brasil que virá para Moçambique um reforço da industrialização (Alden, Alves & Chichava, 2018). A prazo, o reforço das relações económicas com o Brasil poderia ter, como efeito modesto, simplesmente o de diversificar as relações de Moçambique e, assim, melhorar um pouco as relações de força na sua inserção no sistema-mundo e em particular com os países do capitalismo central. Aliás, uma maneira de entender a fragilidade das relações económicas Brasil-Moçambique é ver a sua forte dependência do contexto político mais imediato. O novo Governo populista de extrema-direita que governa o Brasil desde 1 de Janeiro de 2019 quase que parou os projectos, podendo-se concluir que, se houve um interesse dos presidentes dos governos do Partido dos Trabalhadores (Lula da Silva, 2003-2010; Dilma Rousseff, 2011-2016) para fortalecer os laços com África, essa não é uma tendência longa e enraizada da economia brasileira como tal.

Se o Brasil é incapaz de favorecer a industrialização de Moçambique, qual pode ser o papel da China? Este é um país que conhece um contínuo processo de industrialização e proletarianização, mas também é pouco provável que venha a favorecer a industrialização de Moçambique, uma vez que o tipo de relação que estabelece com Moçambique e outros países africanos não é diferente do dos países do capitalismo central. E a China não tem nenhum interesse em modificar a divisão internacional do trabalho, produzindo concorrentes.

Quer isto dizer que Moçambique não pode ganhar absolutamente nada com um fortalecimento das relações com a China? Não. Mas impunha-se a construção de uma relação de força e uma forte vontade política. Moçambique, como o resto da África, pode tirar partido do interesse da China nos seus recursos naturais desde que se abandone a «política do ventre» e se comece a pensar no colectivo;¹⁰ desde que haja uma visão clara daquilo que se pretende nas relações com a China. O exemplo da Etiópia – quiçá o único país de África a conhecer um processo vigoroso de industrialização – comprova que é possível ganhar algo (mesmo sendo pouco) com as relações com a China. Mas, de qualquer maneira, a industrialização de Moçambique não poderá advir somente de um endividamento gigantesco (em percentagem do PIB), mas precisará de um proteccionismo desenvolvimentista baseado no progresso massivo da agricultura familiar (isto é, de uma acumulação de capital localmente engendrada e sem

¹⁰ Pode-se pensar aproximadamente da mesma maneira sobre os megaprojectos vindos do mundo capitalista central. Uma boa maneira de avaliar a resposta de Moçambique será observar com grande atenção a criação e o funcionamento do Fundo Soberano. Quando se vê como funcionou, em pequena escala, a caixa do INSS, pode-se ficar muito inquieto.

endividamento) e da formação de uma pequena burguesia *produtiva*. Isto não é nada menos que sinónimo de uma revolução económica, política e cultural em Moçambique. Precisamos de sonhar...

UM ESTADO SOCIAL?

Queria voltar agora ao importantíssimo problema da protecção social, estudada em particular pelo Grupo de Investigação sobre Pobreza e Protecção Social. Moçambique está, a esse respeito, numa situação catastrófica. Com efeito, a sua revolução demográfica, embora em curso, é muito parcial: a taxa de natalidade está baixando nas categorias altas e médias da sociedade urbana, menos nas classes pobres urbanas e muito pouco no mundo rural. Na verdade, tradicionalmente, a protecção social é constituída pelas crianças. É o sentido etimológico, e não marxista, de *proletário* para definir quem não tem outra riqueza a não ser a sua descendência, a sua *prole*. É o que estudou Christian Geffray na sua tese de doutoramento e, depois, no seu livro *Nem Pai, Nem Mãe. Crítica do Parentesco, o Caso Macua* (Geffray, 2000), com a identificação da famosa estruturação social em forma de «feijão», os avós vivendo com os netos deixados pelos pais para ajudá-los no trabalho do campo, e eles próprios sabendo que terão o apoio dos netos da geração a seguir. A taxa de natalidade continua forte (Francisco, 2012) porque as mentalidades atrasam-se sempre em relação à situação objectiva, mas esta cooperação intergeracional acontece cada vez menos, os jovens deixando o campo para a cidade e os pais, cada vez mais, ficando sozinhos. A situação da velhice em geral e da velhice rural em particular é, pois, um dos maiores problemas de Moçambique. É um problema político. A reivindicação de uma protecção social universal para os idosos moçambicanos é uma resposta a este problema, que vem muito bem explicada em várias publicações do GI. Num sentido mais lato, num dos capítulos do livro *Desafios para Moçambique 2016*, António Francisco, Moisés Siúta e Ivan Semedo concluíam que

a sociedade moçambicana precisa urgentemente de um tipo de Estado que assume a função protectora dos desafios nefastos e insidiosos à segurança individual e nacional, através de um sistema de instituições judiciais, políticas, de segurança pública e protecção civil, entre outras (Brito *et al.*, 2009).

A isto se chama Estado social, ou República social. Toda gente no IESE e à sua volta vai concordar que é isso o que é preciso. Mas será que o Estado capitalista da periferia pode consegui-lo, isto é, será que (i) faz parte das suas intenções? e (ii) faz parte das suas possibilidades? Para haver um sistema de protecção social universal à velhice, por exemplo, é preciso uma forte capacidade de poupança, não só das classes altas, mas da população inteira, e de redistribuição. De qualquer maneira, isto implica uma muito melhor partilha da riqueza.

No Brasil, país da semiperiferia, o Governo de Lula tentou, e, em grande medida, conseguiu, fazê-lo com o programa «Fome Zero» e a instituição da «Bolsa Família», que tirou 30 milhões de pessoas da pobreza absoluta. Mas o Governo de Michel Temer, oriundo do golpe civil de Agosto de 2016, e o de Jair Bolsonaro, oriundo das eleições «sob tensão» de 28 de Outubro de 2018, estão a pôr em causa grande parte desse formidável avanço social. Isto significa que, mesmo num país da semiperiferia como o Brasil (e não da periferia como Moçambique), a protecção social depende, em grande medida, de um contexto sempre instável de relações de forças favorável às categorias modestas. No Brasil, a protecção social ainda não conseguiu estar quase institucionalizada como em França (onde, no entanto, está sob o fogo do actual Governo neoliberal), na Alemanha, na Suécia, etc. Assim, por maioria de razão, num país da periferia como Moçambique, a instauração do Estado social desejado pelos autores do artigo citado significaria, sem dúvida alguma, uma profunda revolução popular. Mas isto é precisamente o que eles parecem recusar, advogando mais em favor de um capitalismo de poupança e investimento, que pensam possível na periferia do mundo. Afinal, voltamos à questão da possibilidade ou impossibilidade de uma revolução burguesa na periferia do capitalismo no século XXI.

PESQUISANDO A DEMOCRACIA POLÍTICA

Outra grande vertente da pesquisa do IESE, nomeadamente do seu Grupo de Investigação sobre Cidadania e Governança, é a estrutura política do País e o sistema eleitoral. A insistência no sistema eleitoral reflecte, com certeza, as profundas preocupações democráticas que estão no ADN do IESE. Em 2017, numa boa forma de divulgação, o *site* do IESE – *site* que é uma verdadeira biblioteca virtual e gratuita – listou todos os estudos sobre processos eleitorais publicados entre 2007 e 2017, incluindo uma cartografia sobre as eleições de 1994, 1999, 2004, 2009 – estamos à espera da de 2014!¹¹ Esta lista conta nada menos do que 33 textos publicados em relatórios de investigação, em *Cadernos IESE*, no boletim *Ideias*, em capítulos dos livros da colecção *Desafios para Moçambique*, em relatórios de pesquisa, ou ainda em capítulos de outros livros. A questão da abstenção chamou a atenção dos autores, como tendência longa dos cidadãos na sua relação para com o seu Estado. Como perceber, com efeito, que muitas pessoas que se recenseiam, que ficam horas em fila para o efeito, depois não vão votar? (Rosário & Muendane, 2016: 73-94). Mas a abstenção está longe de ter sido o único tema privilegiado pelo grupo: o voto nulo, a transparência eleitoral, a Comissão Nacional de Eleições (CNE), a legislação eleitoral, as autarquias, etc. foram também alvo de pesquisa. Além disso, fora do âmbito das questões eleitorais, é importante referir os estudos sobre descentralização, sobre os famosos «sete milhões», etc.

¹¹ Acesso à lista: <https://www.iese.ac.mz/publicacoes-do-iese-sobre-processos-eleitorais-em-mocambique/>.

Gostaria de salientar, no entanto, o que me parece uma fraqueza que é de estranhar: o fraquíssimo número de estudos incidindo directamente sobre os partidos políticos. Dos 33 trabalhos listados, só três incidem sobre partidos: dois sobre a Renamo, da autoria de Luís de Brito (Brito, 2008) e Sérgio Chichava (Chichava, 2009: 16-48) e um sobre o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), também da autoria de Sérgio Chichava (Chichava, 2010). Nenhum incide sobre a Frelimo! Há, claro, muitos estudos do IESE sobre o Estado que são, em certa medida, também estudos sobre a Frelimo. Mas não é a mesma coisa. Precisamos de estudos sobre a própria Frelimo, até para estudar o Estado. Por exemplo, fico sempre admirado, quando leio estudos (não só do IESE) sobre o processo de descentralização em Moçambique, ao ver que essa descentralização é estudada de uma maneira institucional e não política. Com efeito, por exemplo, pode-se estudar o funcionamento das estruturas desconcentradas do Estado, mas se não se tiver em conta que, atrás de cada chefe de posto, de cada administrador de distrito, há um escalão equivalente da Frelimo que tem o poder real e que o partido não é nada descentralizado, não se percebe nada. Hoje em dia, ainda menos.

Com a nova «descentralização centralizadora» estranhamente aceite pela Renamo e pelo MDM, não é o partido «para-constitucionalmente» na sombra de cada escalão do Estado que emerge, mas o próprio Estado central, que, por via dos Secretários de Estado nas províncias, duplica o Estado descentralizado. Esta replicação já existe a nível dos municípios, sobretudo quando são da oposição (governo do distrito/município). Mas aqui, criou-se um monstro burocrático de propósito. Da mesma maneira, precisamos de um grande estudo sobre as ditas «autoridades comunitárias», que são também, na prática, uma duplicação local da Frelimo. Isto é: o funcionamento concreto do Estado a todos os seus níveis é dependente de um factor que não aparece na Constituição do Estado, que é o partido antigamente único e hoje dominante e misturado com o próprio Estado.

TEMAS PARA O FUTURO

Aqui, enfrentamos obviamente outro problema: a escolha forçada do IESE em não contratar mais investigadores, para não pôr em perigo o seu equilíbrio financeiro, circunstância que não permite estudar tudo o que deveria ser estudado. No entanto, queria assinalar mais alguns pontos que deveriam, quando for possível, ser estudados, ou mais estudados.

Penso, por exemplo, que há pouquíssimas investigações no IESE sobre questões de género. A II Conferência do IESE realizada a 22 e 23 de Abril de 2009 teve, entre os seus quatro temas, um que incluía o género; «Pobreza, emprego, género e discurso político». No *Caderno IESE*, n.º 3, de 2010, organizado por Carlos Nuno Castel-Branco sobre *Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique*, o género aparece também. Em 2012, houve um trabalho de campo sobre «Emprego, género, nutrição e industrialização rural no Cabo Delgado». É pouco. Com certeza,

há outros grupos em Moçambique que produzem excelentes pesquisas sobre questões de género (estou pensando na WLSA – Woman Liberation in Southern Africa). Mas, não se trata de fazer do género um tema à parte e menos ainda uma disciplina de estudo. Trata-se de integrar a problemática do género em todos os estudos do IESE.

Outra fraqueza é a ausência completa do IESE – salvo erro da minha parte – nos grandes debates internacionais sobre a etnicidade, o pós-colonial, a colonialidade, o feminismo negro e a interseccionalidade e as mudanças ambientais. Claro que o IESE se define como centro de estudos sobre Moçambique e a África Austral. Mas tudo o que acabei de citar não existiria também em Moçambique e na África Austral?

E, a propósito, porquê «África Austral»? Será o facto de a sede do IESE estar em Maputo que faz esquecer que Moçambique, pelo menos a partir do rio Save, é um país da África Oriental, é um país do Índico?

Em 2014, 63 % das distribuições gratuitas de publicações pelo IESE concentravam-se em Maputo, 7 % em Nampula, 2 % em Sofala (IESE, 2015) etc. Confesso que fiquei admirado ao ler estes valores. Talvez se devesse «des-sulizar» um pouco mais o IESE...

«Des-sulizar» e internacionalizar mais. Vários avaliadores da actividade do IESE ao longo dos anos repararam no pequeno número de artigos de investigadores do IESE publicados em revistas «internacionais», ou seja, na prática, de língua inglesa. Não é verdade para todos, mas é verdade para boa parte e pode constituir um problema quando um(a) investigador(a) do IESE quiser obter, por exemplo, um pós-doutoramento no estrangeiro. Os avaliadores da candidatura vão olhar para as publicações do candidato e ver que a quase totalidade está nas próprias publicações do IESE, o que, na arena do mercado científico mundial, é mau. É um problema de difícil solução porque o IESE, considerando, com toda a razão, que tem de intervir no melhoramento da cidadania em Moçambique, obviamente consagra a esmagadora maioria dos seus esforços no interior do País. Mas deveria haver um melhor equilíbrio.

Aliás, não há só o inglês. Como sou francês, e os franceses são bem conhecidos por defender sempre a sua língua, será que vou falar da necessidade de publicar em francês? Poderia fazê-lo, mas aqui queria falar da necessidade de publicar mais... em português, nas revistas portuguesas e, sobretudo, brasileiras. O Brasil é um país gigante, com excelentes revistas científicas e um enorme *site* de difusão electrónica gratuita, a Scielo. Como disse no início do texto, o IESE deveria ter cooperação científica com centros de pesquisa brasileiros e os seus investigadores deveriam publicar também em revistas brasileiras.

PESQUISANDO A DESGRAÇA

Os investigadores do IESE estão entre os que são frequentemente acusados de fazerem parte dos «apóstolos da desgraça».¹² Acho muito bem e o IESE deveria reivindicar essa pertença. Ser «apóstolo da desgraça» é um método eficaz de lutar contra a própria desgraça, para ela não acontecer sem ter sido pelo menos prevista. E os cientistas sociais têm o dever de serem um dos vigias de que a sociedade precisa. No entanto, há outra razão para aumentar a visibilidade internacional do IESE: os tempos estão cheios de incerteza e o IESE nunca pode considerar que está ao abrigo de uma repressão política, aberta ou insidiosa. Uma forte visibilidade internacional também é uma protecção dentro do País.

Teci aqui algumas considerações, até algumas críticas, sobre trabalho feito nestes 10, agora 12, anos. Mas, caros leitores, estejam certos de que escrevi tudo isto com o máximo respeito pela obra pluralista feita e com grande amizade. Não sei se Moçambique é a perola do Índico, mas o IESE é, com certeza, uma pérola da pesquisa em ciências sociais na faixa oriental da África. Para encontrar qualquer coisa comparável, teremos de ir até ao Uganda, ao Makerere Institute for Social Research, dirigido por Mahmood Mamdani, em Kampala.

Os tempos estão cheios de incerteza, acabei de dizer, não só em Moçambique, mas no planeta. A 12 de Agosto de 2017, Jean Jouzel, um dos maiores climatólogos e glaciologistas do mundo, membro do bem conhecido Grupo Intergovernamental de Peritos sobre a Evolução do Clima, declarou numa rádio francesa de grande difusão:

Não é preciso fazer catastrofismo: a situação é catastrófica [...] Para esperar poder ficar aquém dos dois graus centígrados de aquecimento em relação à média das temperaturas da era pré-industrial, seria preciso que o pico das emissões de gases com efeito de estufa ocorresse o mais tardar em 2020 [...] Mais um grau empurrará o mundo para um outro ambiente (Jouzel, 2017).

Isto é, em 2017, tínhamos três anos para agir... O mundo está cheio de incertezas e em Moçambique acrescentam-se gravíssimas incertezas da conjuntura económica, financeira, político-militar... A «promessa do gás», que, antes mesmo de haver uma *Dutch Disease*,¹³ provocou imediatamente o descalabro das «dívidas ocultas», mas que podia também alimentar esperanças legítimas de gerar capitais para desenvolver o País, surge quando, para salvar o planeta, se deveria deixar o petróleo e o gás no solo, para não aumentar mais o efeito de estufa, os ciclones e

¹² Foi uma expressão usada pelo Presidente Armando Guebuza para apelar os críticos à sua governação.

¹³ Lembro que a *Dutch Disease* («doença holandesa») é um fenómeno que aparece quando uma súbita entrada de capitais num país na forma de empréstimos provoca uma importação massiva de bens de consumo, em particular para as classes médias e altas. Essas importações não desenvolvem os meios de produção, e assim endividam o país que não tem a capacidade de reembolso. Em Moçambique, nem foi necessário esperar pela entrada efectiva dos capitais, bastou a hipótese desta para enlouquecer o neopatrimonialismo local...

deixar de fazer da Terra um caixote do lixo do plástico. Quando o gás e o petróleo não trazem nenhuma melhoria numa região onde reina uma grande pobreza e desespero social, não é de admirar que, sem haver provavelmente uma ligação directa, seja favorecida uma vontade de dissidência para com o Estado moderno, uma resposta religiosa sectária, e uma situação onde a guerra se torna um projecto social de vida para uma juventude masculina paupérrima e sem esperança alguma. Não é «o gás» que cria a Al-Shabaab, mas sim uma situação de enorme injustiça social no quadro da qual «o gás» aparece como factor agravante. A tragédia é que essa enorme injustiça social não provocou uma luta camponesa, mas, na ausência de um forte movimento social rural, uma resposta milenarista e apocalíptica.

Temos uma só certeza: a luta continua.

REFERÊNCIAS

- Alden, C., Alves, A. C. & Chichava, S. (2018). *Mozambique and Brazil: Forging New Partnerships or Developing Dependency?* Joanesburgo: Jacana Media.
- Alden, C. & Chichava, S. (2014). *China and Mozambique: From Comrades to Capitalists*. Joanesburgo: Jacana Media.
- Brito, L. de (2008). *Beira - o fim da Renamo? Boletim Ideias 5*. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication//outras/ideias/Ideias_5.pdf.
- Brito, L. de (2017). *Os Estudos Eleitorais em Moçambique (1994-2017): Elementos para um balanço*. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/11/VConfIESE_Lbrito.pdf.
- Brito, L. de; Castel-Branco, C.; Chichava, S. & Francisco, A. (eds). (2009). *Proteção social: Abordagens, desafios e experiências para Moçambique*. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/protecao/IESE_ProteccaoSocial.pdf.
- Cahen, M. (2010) «Il n’y a pas d’État néopatrimonial». In: D. Darbon (ed).. *Le Comparatisme à la Croisée des Chemins*. Paris, Karthala. pp. 113-140.
- Cahen, M. (2014). «Il n’y a pas d’État néopatrimonial». *Revista África*. 1 (1), 43-81.
- Cahen, M. (2015). «Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África». *Revista África*. (35), 129-155.
- Cahen, M. & Braga, R. (eds). (2018). «O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade. Uma abordagem “pós-pós-colonial” da subalternidade». In: *Para Além do Pós-colonial*. São Paulo: Alameda Editorial. pp. 31-73.
- Carloni, K. (1980). «Entre a memória e a História: o Cebrap e os 50 anos do Golpe Civil-Militar». *Revista Tempo*. 21 (38).
- Castel-Branco, C. (2017). «Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique». In: Brito, L. de (ed).. *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: IESE. pp. 257-302.
- Chichava, S. (2010). «Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?» *Cadernos IESE 2*. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/CadernosIESE_02_SC.pdf.
- Chichava, S. (2009). «Uma província “rebelde”. O significado do voto Zambeziano a favor da Renamo». In: Brito, L. de (ed).. *Cidadania e Governação em Moçambique*. Maputo: IESE. pp. 16-48.
- Chichava, S.; Duran, J.; Cabral, L.; Shankland, A. et al. (2013) «Brazil and China in Mozambican agriculture: Emerging insights from the field». *IDS Bulletin*. 44 (4), 101-115.
- Chichava, S., Li, S. & Sambo, M. (2019). «The Blind Spot: International Mining in Angoche and Larde, Mozambique». *Working Paper 28*. Washington DC: Johns Hopkins

- University. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/05/WP-2019-28.pdf> e <http://www.sais-cari.org/publications-working-papers>.
- Fernandes, C. (2017). «*Socialism, post-socialism and intellectual legacies in post-colonial Mozambique: the case of the CEA (1976-1986) and IESE (2007-2016)*».
- Francisco, A. (2012). «Moçambique e a explosão demográfica: somos muitos? somos poucos?» *Boletim Ideias*, n.º 45. Maputo: IESE. Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/ideias_45.pdf.
- Francisco, A., Siúta, M. & Semedo, I. (2016). «Estratégia de crescimento económico em Moçambique. Desta vez é diferente?». In: Brito, L. de (ed).. *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE. pp. 271-328.
- Geffray, C. (1988). «Fragments du discours du pouvoir: du bon usage d'une méconnaissance scientifique». *Politique africaine*. 71-85.
- Geffray, C. (1990). *La Cause des Armes. Anthropologie d'une Guerre Civile*. Paris, Karthala.
- Geffray, C. (2000). *Nem Pai, Nem Mãe. Crítica do Parentesco, o Caso Macua*. Lisboa, Caminho.
- Hoffman, D. E. (2001). *Oligarchs: Wealth and Power in the New Russia*. Nova Iorque: Public Affairs.
- IESE (2011). *Linhas Estratégicas de Desenvolvimento do IESE - 2012-2015*. Maputo: IESE.
- IESE (2015). *Relatório de actividades do IESE (Janeiro-Dezembro 2014)*. Maputo: IESE.
- Jouzel, J. (2017). «Nous n'avons que trois ans pour agir». In: Europe 1 (ed).. «*Réchauffement climatique*». Disponível em: <http://www.lejdd.fr/societe/rechauffement-climatique-pour-jean-jouzel-climatologue-nous-navons-que-trois-ans-pour-agir-3409817> (Consultado a 13 de Agosto de 2019).
- Macamo, E. (2019). «Muita corrupção resulta do excesso de valores morais». *Jornal de Angola*.
- Marx, K. (1976). «Capital: A Critique of Political Economy». In: Castel-Branco, C. (ed).. *Lógica histórica do modelo de acumulação de capital em Moçambique*. Londres: Penguin Classics. pp. 873-940.
- Meillassoux, C. (1998). «Du bon usage des classes sociales». In: Schlemmer, B. (ed).. *Terrains et engagements de Claude Meillassoux*. Paris, Karthala. pp. 9-58.
- Oliveira, R. S. (2015a) *Magnífica e Miserável: Angola desde a Guerra Civil*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Oliveira, R. S. de (2015b) «Autour d'un Livre». *Politique Africaine*. 3 (139), 171-194.
- Pepetela (2005). *Predadores*. Lisboa: Dom Quixote.
- Rey, P. P. (1973). *Les alliances de classes. Sur l'«articulation des modes de production», suivi de «Matérialisme historique et luttes de classes*». Paris: Maspéro.
- Rosário, D. M. do & Muendane, E. E. (2016). «Se faire recenser ? Oui, mais voter ? Le cens caché du matériel du vote au cours des élections de 2014 au Mozambique». *Politique Africaine*. (144), 73-94.

- Salama, P. (2014). «Chine-Brésil, une comparaison instructive». Problèmes d'Amérique Latine». *Problèmes d'Amérique Latine*. 4 (95), 11-31.
- Salama, P. (2012). *Les économies émergentes latino-américaines, entre cigales et fourmis*. Paris: Armand Colin.
- Scoones, I.; Cabral, L. & Tugendhat, H. (2013). China and Brazil in African Agriculture. *IDS Bulletin*. 44 (4), 1-126.